

**CRISE DE GOVERNABILIDADE NO CONTEXTO NEOLIBERAL BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 30 ANOS****GOVERNANCE CRISIS IN THE BRAZILIAN NEOLIBERAL CONTEXT IN THE LAST 30 YEARS**

Amélia Maciel<sup>1</sup>  
Francisco Sousa<sup>2</sup>

**RESUMO**

Desde os anos 1970 o capitalismo tem passado por grandes transformações no seu padrão de acumulação, isto é, do keynesianismo/fordismo para o neoliberal. No Brasil, isso provocou uma mudança no regime político, passando pela ditadura civil militar ao regime democrático, processo consolidado a partir da Constituição Federal de 1988. Mais fortemente a partir dos anos 90, o Estado brasileiro tem passado por transformações em suas funções, notadamente pela transferência de atividades do setor público para o privado. Este artigo faz uma abordagem panorâmica destas transformações, em seus aspectos econômicos e políticos, internacionalmente, mas fundamentalmente nacionalmente. Assim, são analisadas as implicações da mudança do regime de acumulação neoliberal no modo de regulamentação político, relacionando crise econômica e crise de governabilidade. Num primeiro momento são estudadas estas transformações no plano internacional. Em seguida, é observado como este processo ocorreu no Brasil. Após esta abordagem, concluímos relacionando os impactos da crise social com a crise democrática, resgatando os constitucionalistas brasileiros Paulo Bonavides e José Afonso da Silva. A metodologia aplicada é a revisão bibliográfica, pesquisa documental, envolvendo as transformações legais, institucionais, bem como são levantados dados sobre a conjuntura econômica nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Acumulação Capitalista, Crise Política, Reforma do Estado.

**ABSTRACT**

Since the 1970s, capitalism has undergone major transformations in its accumulation pattern, that is, from Keynesianism/Fordism to neoliberalism. In Brazil, this caused a change in the political regime, from the civil military dictatorship to the democratic regime, a process consolidated from the Federal Constitution of 1988. More strongly from the 1990s, the Brazilian State has undergone transformations in its functions, notably by transferring activities from the public to the private sector. This article makes a panoramic approach of these transformations, in their economic and political aspects, internationally, but fundamentally nationally. Thus, the implications of changing the neoliberal accumulation regime in the way of political regulation are analyzed, relating to the economic crisis and governability crisis. Initially, these transformations are studied at the international level. Then, it is analyzed how this process took place in Brazil. After this approach, we conclude by relating the impacts of the social crisis with the democratic crisis, rescuing the Brazilian constitutionalists Paulo Bonavides and José Afonso da Silva. The methodology applied is the bibliographical review, documental research, involving legal and institutional changes, as well as data on the national economic situation.

**KEYWORDS:** Capitalist Accumulation, Political Crisis, State Reform.

\*Artigo recebido em 24/09/2021 e aprovado em 08/04/2022

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA), mestra em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora de Direito na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: amsterdam17@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: maciel.amelia@posgraduacao.uerj.br

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto das leituras feitas a partir do Grupo de Pesquisa Institucional I: Capitalismo e Democracia, do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do grupo de estudos “Neoliberalismo no Brasil, um balanço crítico”, organizado pelo Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS) da Universidade do Estado do Ceará (UECE). Ambos analisaram as transformações políticas provocadas pelo ingresso do novo regime de acumulação capitalista, o neoliberal no Brasil. Nosso objetivo foi analisar os impactos da reorganização produtiva do capital no Estado brasileiro a partir das transformações no setor produtivo e as repercussões na legislação e relação do Estado com a sociedade.

Nossa leitura foi realizada mostrando o processo de transformação pelo qual o Estado passa com as transformações das relações econômicas de produção, isto é, seus impactos na política, com a promulgação de novas legislações regulatórias da questão social e trabalhista. Num primeiro momento foi feita uma análise geral sobre as transformações provocadas pelo regime de acumulação neoliberal e seu modo de regulamentação. Neste momento, relacionamos a crise capitalista de sobreacumulação da década de 1970 com a crise democrática. Percebemos que a crise fiscal, decorrente da crise econômica, bem como as mudanças do modo de regulamentação neoliberal, afligi a legitimidade dos governos, na medida em que estes abandonam as políticas de *Welfare*. Em seguida, voltamos nossa análise às transformações no Brasil, a partir da disputa pelo perfil de acumulação na constituinte de 1988, com foco nas mudanças econômicas e políticas de Temer e Bolsonaro. Por fim, relacionamos os impactos da crise social com a crise democrática, com os aportes teóricos dos constitucionalistas Paulo Bonavides e José Afonso da Silva.

A metodologia aplicada é a revisão bibliográfica, pesquisa documental, envolvendo as transformações legais, institucionais, bem como são levantados dados sobre a conjuntura econômica nacional.

## 2 CRISE NO PADRÃO DE ACUMULAÇÃO: DO FORDISMO AO NEOLIBERALISMO

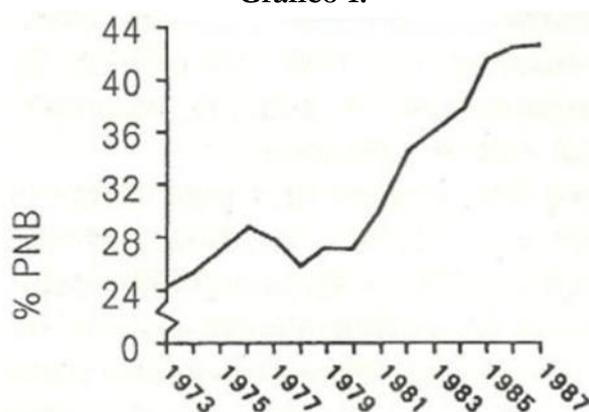
Depois de um longo período de alta produtividade e lucratividade, conhecido como como época de ouro ou tempo glorioso, possibilitado pelo regime fordista/keynesiano de acumulação, bem como pelo contexto da reconstrução pós guerras mundiais, retorna a queda da taxa de produtividade e de lucratividade. A saturação da economia passou a ser visível em 1966 (HARVEY, 1992). A partir da década de 1970, a acumulação de capital iniciou um processo de mudança na exploração do trabalho e da

produção, tecnologias, marketing, hábitos de consumo, mobilidade geográfica e perfis de poder político e econômico caracterizada de neoliberal (HARVEY, 1992). A queda da taxa de lucratividade e de produtividade impactou negativamente o mundo do trabalho. O desemprego volta a ser um problema que não será superado com o novo regime de acumulação neoliberal e a retirada das proteções legais trabalhistas, mas agravado, conforme veremos mais adiante.

Do ponto de vista do Estado, ela refletiu na sua arrecadação. Neste contexto de crise, o argumento defendido era que, caso a tributação fosse mantida no mesmo nível, aumentaria significativamente o risco de agonizar ainda mais o sistema econômico, aprofundar a queda da taxa de lucratividade e produtividade, aumentando o desemprego. Em outras palavras, é o início da crise fiscal, a partir de 1966, na época também chamada de problema fiscal, sentido inicialmente pelos Estados Unidos (HARVEY, 1992). Assim, desenvolveu-se a queda de tributação, impactando as condições materiais de fomento das políticas sociais.

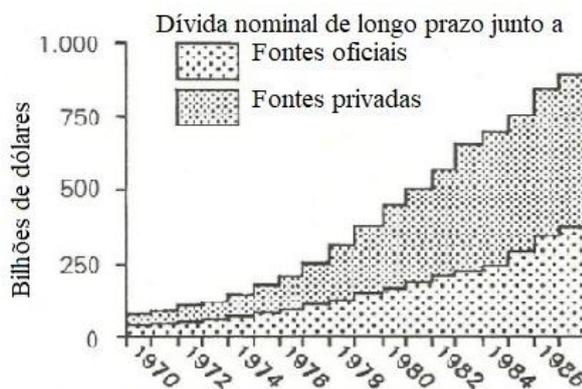
A queda da taxa de lucros afetou, então, as bases de arrecadação do Estado. A crise fiscal desencadeou a destruição das bases de arrecadação necessárias para a existência do bem-estar social e da legitimação do Estado. O Estado de bem-estar social, agora, tinha uma séria dificuldade de atender as suas ofertas de legitimidade do Estado, através de políticas públicas, políticas sociais e direitos sociais. David Harvey (1992, p. 194) comprova, em seu livro *A condição pós moderna*, o aumento da dívida federal dos Estados Unidos da América no período entre 1973 e 1987, com base em dados do Departamento de Comércio de Diretoria da Reserva Federal dos Estados Unidos da América, bem como o crescimento da dívida dos países menos desenvolvidos entre 1970 à 1987, tendo como fonte as tabelas de dívidas do Banco Mundial, conforme os gráficos a seguir:

Gráfico 1:



Fonte: Departamento de Comércio de Diretoria da Reserva Federal dos Estados Unidos da América

Gráfico 2:



Fonte: Tabelas de Dívidas do Banco Mundial

Segundo Harvey (1992), seguindo a Escola da Regulamentação (AGLIETTA, 1979; LIPIETZ, 1986; BOYER, 1986), cada regime de acumulação, para estabilizar por um longo período as transformações sobre a alocação do produto líquido entre consumo e acumulação, necessita transformar as condições de produção, de reprodução de assalariados, bem como normas, hábitos, leis, redes de regulamentação de forma a conferir unidade entre o esquema de acumulação e os comportamentos individuais. O modo de regulamentação é o conjunto de regras e processos sociais do regime de acumulação (LIPIETZ, 1986, p. 19). Então, o regime de acumulação neoliberal implicou num novo modo de regulamentação. Assim, a partir de 1979, por iniciativa de Margaret Thatcher, em união com Reagan, o Estado foi reorientado ao abandono da busca do bem-estar social e a apoiar outras formas de acumulação de capital além da extração do mais-valor, através das expropriações, espoliações ou acumulação por despossessão para entregar ao capital sobreacumulado novos campos de atividade lucrativa (HARVEY, 2005, p. 157).

The IMF and the World Bank changed their policy frameworks almost overnight, and within a few years neoliberal doctrine had made a very short and victorious march through the institutions to dominate policy, first in the Anglo-America world but subsequently throughout much of the rest of Europe and world (HARVEY, 2005, p. 158).<sup>3</sup>

O mantra do movimento neoliberal são a privatização e a liberalização do mercado. Sua estratégia econômica é a exaltação do mercado, da livre concorrência e a livre iniciativa privada, rechaçando a intervenção estatal, a defesa da superioridade do mercado sobre o Estado (CARINHATO, 2008). Deste modo, com a entrada deste novo regime de acumulação de capital, ativos de propriedade do Estado, bens e serviços destinados ao uso partilhado da população estão sendo paulatinamente entregues aos circuitos de acumulação do capital, para que este possa especular e lucrar com eles. Os

<sup>3</sup> Tradução dos autores: O FMI e o Banco Mundial mudaram suas estruturas políticas quase da noite para o dia, e em poucos anos a doutrina neoliberal fez uma marcha muito curta e vitoriosa através das instituições para dominar a política, primeiro no mundo anglo-americano, mas posteriormente em grande parte do resto da Europa e mundo.

direitos sociais de bem-estar passaram a ser novos campos abertos de atividade lucrativa para que, ao menos imediatamente, retardar o problema da sobreacumulação<sup>4</sup> de capital (HARVEY, 2005, p. 158).

É notável que na história das sucessivas crises do capitalismo, tendo em vista a tendência do modo de produção capitalista acumular excedente de capital e força de trabalho superior a sua capacidade (MARX, 2008), são fomentados expedientes para superar os excessos de capital sobreacumulado e trabalho desempregado. Um destes expedientes é a repetição da assim chamada acumulação primitiva (MARX, 2013; LUXEMBURGO, 1970), atualmente conhecida como acumulação por espoliação ou despossessão por suas novas feições (HARVEY, 2005). A acumulação capitalista, notadamente para dar vazão à crise de acumulação, não fica restrita à sua forma puramente econômica, isto é, a extração de mais valor. Aqui, reinam como formas a paz, propriedade e igualdade “e era mister a dialética afiada de uma análise científica para descobrir como, na acumulação, o direito de propriedade converte-se na apropriação da propriedade alheia, a troca de mercadorias em exploração, a igualdade em dominação de classe” (LUXEMBURGO, 1970, p. 398). Na outra forma de acumulação aparecem sem dissimulação a violência, a trapaça, a opressão, a rapina e o poder político é despudoradamente o veículo do processo econômico. Conforme Guilherme Leite Gonçalves (2017), a tomada de espaços não-mercantilizados ocorre por diversos mecanismos, inclusive pela violência jurídica explícita e prescrição expressa da desigualdade pelo direito.

A acumulação capitalista no contexto do regime neoliberal, pressionada pela crise de sobreacumulação, busca nas privatizações de bens, serviços e direitos um conjunto de ativos a custo baixos, ou até a zero custo, para dar-lhes uso lucrativo. Assim, por exemplo, a saúde, educação, segurança, etc., deixam de ser direitos sociais para tornarem-se mercadorias. Aprofunda-se o processo de acumulação através da expropriação de bens, recursos, serviços e direitos coletivos, bem como foi aprimorado. Atualmente o sistema de crédito e o capital financeiro desempenham um papel mais forte. Vultosas fontes de predação, fraude e roubo dos recursos públicos. As características centrais do capitalismo contemporâneo são as valorizações fraudulentas de ações, dissimulados conluíus de enriquecimento imediato, majoração arbitrária de encargos de dívida que aprisionam populações inteiras, inclusive nos países de capitalismo mais avançado, fraudes corporativas e desvios de fundos, dilapidação de recursos de fundo de pensão e sua ruína por colapso de ações e corporações decorrentes de manipulação do crédito e das ações (HARVEY, 2005). No Brasil, “o fundo público é apropriado pelo capital rentista, por meio de mecanismos estruturados pelo próprio Estado em detrimento de sua utilização para as políticas sociais” (SEKI, 2018). É evidente a subordinação dos Estados e Governos ao capital financeiro.

---

<sup>4</sup> Crise de sobreacumulação é uma situação em que há excedente de capital ocioso, ou seja, sem espaço para investir lucrativamente, geralmente acompanhado por excedente de trabalho, isto é, grande desemprego, e crise de subconsumo.

As transformações provocadas pelo neoliberalismo fracassaram em cumprir sua promessa de retomada do crescimento econômico. Embora tenha conseguido frear por um tempo o aumento da inflação, o ajuste fiscal levou a décadas de estagnação econômica, acarretando o aumento do desemprego e dos índices de pobreza (PEREIRA, 2011). Conseqüentemente, o Estado se depara a uma situação de maior demanda por políticas sociais tendo em vista a ascensão do desemprego e piora das condições de vida da população. Porém, a crise fiscal impossibilita o Estado de atender tais demandas. Contrariando os anseios e necessidades da população, em 2016, o Estado brasileiro promulgou a Emenda Constitucional 95, que limita os gastos públicos por 20 anos para liberar os recursos públicos para o setor financeiro. Por outro lado, o não atendimento de uma demanda social geralmente traz consigo o surgimento ou aprofundamento de outro problema social. Por exemplo, a falta de saneamento básico inevitavelmente vai se transformar em problema de saúde pública. O desemprego, a falta de escolas, falta de oportunidade e de assistência social levam ao aumento da criminalidade. Em conjunto, o acréscimo das necessidades por demanda social, incrementam a insatisfação social. Toda esta situação, por sua vez, amplia cada vez mais a desconfiança no sistema político como mecanismo capaz de oferecer respostas aos problemas sociais. A crise econômica neoliberal traz consigo a crise da democracia atual.

### **3 A DISPUTA PELA CONSTITUINTE E OS GOVERNOS NEOLIBERAIS**

A crise de acumulação fordista keynesiana, que predominou no Brasil até meados dos anos 1980, gerou dificuldades para o regime cívico militar continuar a sua hegemonia no poder político estatal. Esse processo acabou gerando fissuras internas sobre a manutenção do regime, reorganizando setores da burguesia que passaram a pressionar por uma transição democrática. O objetivo era adequar o Estado ao novo padrão de acumulação nascente.

Em seu estudo sobre as organizações de classe da burguesia brasileira, Casemiro (2016, p. 24) esboça como as frações das classes dominantes elaboraram, a partir de seus intelectuais coletivos, as estratégias de ação para a reconfiguração do Estado brasileiro. Neste longo estudo, ele analisa as organizações da sociedade civil, de orientação de direita, como a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), Grupo de Mobilização Permanente (GMP), em alternativa à atuação da FIESP nos debates da constituinte, Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), de composição militar, União Democrática Ruralista (UDR), o aparelho de ação política dos latifundiários, etc. Para o autor, essas instituições atuavam como uma atualização dos mecanismos de dominação de classe. Expressavam, portanto, os interesses gerais da burguesia no controle do Estado brasileiro num momento de ascensão do movimento sindical a popular.

O principal palco da disputa intra burguesa, que atuava com suas organizações sindicais e patronais, emergiu dos escombros do antigo padrão de acumulação. O Brasil acompanhou a guinada neoliberal, que tinha como principais expoentes internacionais os governos neoliberais do americano Ronald Reagan e britânico com Margaret Thatcher. Essa disputa acontecia tanto na esfera da ideologia quanto em ações práticas em torno da configuração do Estado. A Constituinte de 1988 foi importante espaço de disputa entre as políticas de bem-estar social, de tendência fordista keynesiana, e as neoliberais.

Ainda segundo o autor, o principal aparelho privado de hegemonia dos anos 1980 foi o Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), que representava os:

distintos setores do empresariado e grupos mais conservadores ligados ao exército e latifundiários, ampliando suas bases de construção do consenso, agrupando sob sua plataforma político-ideológica desde militares, grandes empresários, grupos sindicais, assim como a força persuasiva da grande mídia nacional (CASEMIRO, 2016. p. 100).

Esse movimento formou a base de apoio de candidaturas que mais tarde concorreriam à presidência da república na eleição de 1989. De modo que, independente do candidato vitorioso, o setor do empresariado estaria com seus interesses gerais representados no novo governo. Da primeira eleição democrática livre após a ditadura, nasceu o governo de Fernando Collor de Mello (1990 - 1992) de orientação neoliberal. O governo Collor foi eleito tendo como meta principal o controle da inflação, mas foi com o Plano Nacional de Desestatização (PND), instituído pela MP 155/90, que este governo materializa um reordenamento das funções do Estado através da transferência de atividades do setor público para o setor privado, o PND não foi concluído em função do seu impedimento.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, (FHC) que sucedeu o governo Collor, vai pôr em prática os objetivos iniciais traçados por aquele: controle da inflação, através do Plano Real, posteriormente com o famoso tripé macroeconômico (câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal) e de desestatização. Uma das marcas desse governo foi a mudança na configuração do Estado que passou de Estado interventor para regulador. Com a inflação controlada e paridade dólar/real no primeiro mandato, FHC conseguiu sua reeleição e o Plano Real cumpriu o papel da estabilização macroeconômica.

No contexto internacional o Brasil consolidava a sua especialização dentro das economias no mundo. Passamos a nos especializar em exportar produtos do setor primário, demandados pelo mercado externo, em especial os gêneros agrícolas, como soja, milho e proteína animal. Essa especialização tem sido a responsável por provocar a desindustrialização da economia brasileira e, conseqüentemente, aumentar o desemprego.

O governo de FHC (1995 – 2002) foi marcadamente um governo de orientação neoliberal, promoveu ampla reforma do estado no que diz respeito às suas atribuições. Fernando Henrique, é um dos elaboradores de uma vertente da Teoria da Dependência. Em sua proposição, afirmava que seria

possível os países de capitalismo periférico superarem o atraso econômico e desigualdades internas se associando à lógica do sistema mundial capitalista. A via para esse caminho seria os planos liberalizantes. Contudo sua tese não foi confirmada. Ao contrário, o Brasil aprofundou a dependência sob seu governo.

#### 4 OS GOVERNOS NACIONAL DESENVOLVIMENTISTAS

O contexto de reformas neoliberais no mundo, no entanto, não resolveu o problema das crises do capitalismo. Muito pelo contrário, estas se tornaram mais frequentes e com mais intensidade. A promessa de que a regulação do mercado resolveria os problemas de oferta de emprego e melhoria dos serviços ruiu. Com isso, os anos 1990 e os governos neoliberais geraram aumento de revoltas e descontentamento social, provocando uma inflexão na composição dos governos no final da década nos países da América Latina. É nesse contexto que chegou ao poder do estado o Partido dos Trabalhadores (PT) e seu principal líder, Luiz Inácio Lula da Silva. O que marcou de modo geral os governos petistas foi a distribuição de renda e aumento do poder de compra de parcelas significativas dos trabalhadores (COSTA, 2020). O ascenso do principal líder do movimento sindical e popular desde a redemocratização, o Lulismo, caracterizado pelo amplo apoio de massas, foi fruto de um conjunto de fatores como a distribuição de renda, aumento do poder de compra e retirada de uma parcela da população da extrema pobreza. Alguns autores caracterizaram esse fenômeno como neopopulismo, em função da grande capacidade de arregimentar parte significativa da população para as disputas no campo eleitoral.

Lula, no entanto, reunia as condições para arregimentar as massas, como o manejo da psicologia social, pelo fato de ter sido um retirante do Nordeste, oriundo da classe trabalhadora, sindicalista, que conseguiu chegar à Presidência do Brasil. Também passou a imagem de um governo pacífico, defensor da política de desenvolvimento social com distribuição de renda, muito embora até hoje muitos autores discordam da ideia de que ainda é possível desenvolvimento nacional na economia globalizada. É muito importante lembrar que, do ponto de vista econômico, os governos petistas podem ser considerados como de continuidade aos governos FHC, pois assim como aquele, mantiveram o tripé macroeconômico.

Convém destacar que não foi um puro continuísmo da política econômica diante da reconfiguração que passava o Estado brasileiro. O governo ampliou os investimentos, principalmente em infraestrutura, cujo principal programa era o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), expansão de crédito e aumento real do salário-mínimo, promovendo o aumento do poder de compra e consumo das classes trabalhadoras, bem como a transferência de renda, reduzindo o quadro de extrema pobreza.

Esse protagonismo do Estado em investimentos em infraestrutura tem sido chamado na literatura especializada de neodesenvolvimentismo<sup>5</sup>.

O neodesenvolvimentismo petista foi possível, entre outros fatores, mas principalmente, pelo contexto favorável da política econômica externa. Aumento das exportações e elevação do preço das commodities no mercado internacional promoveram a ampliação da balança comercial favorável. Além disso, o BNDES jogou papel decisivo no financiamento de certos grupos econômicos nacionais, que estavam à frente dessas exportações, como as grandes construtoras nacionais e empresas do ramo de proteína animal. Outra marca dos governos petistas foi a conciliação de classes materializada através do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, nos quais setores do empresariado foram chamados para participar da elaboração das políticas do governo junto com setores populares.

A estabilidade e o crescimento econômico dos dois primeiros mandatos do governo petista abafaram as crises no interior do Estado, o que conferiu alta popularidade a Lula, a ponto de fazer sua sucessora, a ex-ministra das Minas e Energia Dilma Rousseff. Ela, ao revés, especialmente em seu segundo mandato, teve que administrar os desdobramentos da maior crise financeira do capitalismo moderno em 2008/2009.

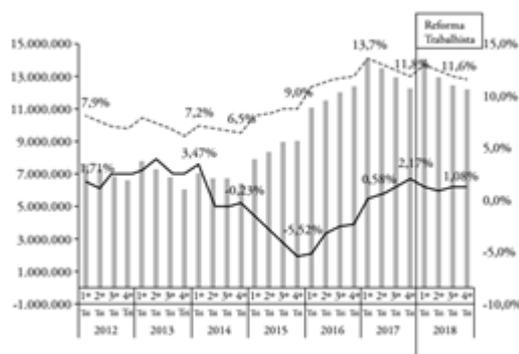
A estabilidade econômica e seus desdobramentos na política, só foi possível por conta do intenso fluxo de mercadorias com a China, que se tornou o principal parceiro econômico do Brasil e minimizou os efeitos de diminuição das exportações. Também houve a atuação do estado no fomento ao crescimento do mercado interno com a valorização do salário-mínimo, políticas sociais, aumento da oferta de crédito e subsídios a setores industriais fizeram parecer que o estado contornou rapidamente a crise.

Porém, as manifestações sociais de junho de 2013, explicitaram o descontentamento de amplas parcelas da população com os governos em geral, as reivindicações focaram em melhorias de serviços básicos como transporte, saúde e educação, mas por terem sido capturadas pela imprensa no direcionamento ao governo central, acabou criando as bases para o processo de impedimento que ocorreu em 2016. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra os impactos econômicos no segundo mandato de Dilma:

### Gráfico 3:

---

<sup>5</sup> Para mais informações sobre neodesenvolvimentismo petista, ver: CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 613-636, Dec. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400002&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10 ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000400002>.



Fonte: Microdados PNADCT IBGE

O desenvolvimento da crise econômica e institucional foi decisivo para o aumento do descontentamento de parcela significativa da população com o governo. Os protestos de rua, que começaram em 2013 reivindicando melhorias em serviços básicos, foram desenvolvendo para questões mais amplas como corrupção. Já não era mais possível uma base de sustentação do governo entre a população, o que certamente serviu para os adversários colocarem o impedimento em votação e remover o PT do poder de Estado.

## 5 FIM DO NEODESENVOLVIMENTISMO E RADICALIZAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Boito Junior (2016, p.57), ao tratar do conflito que se instalou no Brasil a partir do desenvolvimento da crise que culminou em golpe parlamentar do governo Dilma, aborda da seguinte forma:

É público e notório que se instalou um conflito institucional no Estado brasileiro. Ele opõe tanto o Executivo quanto o Legislativo Federal a setores politicamente ativos do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal. O que não é do conhecimento de todos é que esse conflito institucional que atravessa o Estado brasileiro é, também e principalmente, um conflito de classes.

Ele explicita como se deu o desenvolvimento da crise entre os setores politicamente ativos no desenvolvimento do golpe contra o governo de Dilma Rousseff, em especial os setores do Ministério Público, polícia federal e judiciário. Conclui que o governo de Michel Temer, que substituiu o de Rousseff, cumpre as diretrizes do capital internacional. Por outro lado, a classe média, base de apoio ao impeachment, queria prosseguir com o desenvolvimento das denúncias de corrupção. Por isto, torna-se um obstáculo à força dirigente do golpe, a saber, a burguesia associada, que quer continuar com as medidas contra os trabalhadores, como as privatizações e continuidade de abertura ao capital internacional.

O último período, desde a redemocratização, é marcado pela instabilidade política do sistema de poder hegemônico no Brasil. O golpe parlamentar de 2016 explicitou como as frações dos grupos dominantes buscam manter o sistema de dominação. Havia uma divisão intra burguesa sobre a manutenção de Temer no governo, uma vez que se cogitou cassar a chapa Rousseff-Temer e realizar novas eleições. Essa decisão, contudo, teria seus riscos, isto é, a de possibilitar a volta do PT ao poder de Estado. Restava, então, manter Temer, esperar as novas eleições e impossibilitar que Lula, o principal candidato, pudesse concorrer ao pleito.

A recomposição dos setores capitalistas, após o impedimento do Governo de Rousseff, trouxe o Brasil, a partir do governo Michel Temer, a uma nova transição de regime econômico, significando o retorno ao neoliberalismo adotado nos anos 1990 por Fernando Henrique Cardoso (FHC). A volta neoliberal vem impactando as políticas sociais e o desenvolvimento brasileiro.

Bresser-Pereira (2011), ex-ministro do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, observa que o governo Temer marca a guinada neoliberal novamente no Brasil, acarretando o retorno da estagnação econômica aos moldes dos anos 1990. Neste sentido, as medidas que marcaram seu governo foi a Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 15 de dezembro de 2016, limitando os gastos públicos por 20 anos, impossibilitando o funcionamento adequado do sistema constitucional de proteção social, como saúde, educação e assistência social, piorando o mínimo atendimento das necessidades da população. Limitando os gastos primários, o governo liberou um dos principais sorvedouros de recursos públicos nos últimos anos, como através das desonerações fiscais, a sonegação e o pagamento de juros nominais, num montante superior a 8% do PIB em 2015, valor aproximado ao gasto com toda a Previdência (SOUZA; HOFF, 2019).

Em relação aos programas de distribuição de renda, este governo se esforçou a apagar este termo da trajetória brasileira. Os compromissos da administração pública federal em assegurar a distribuição de renda foram excluídos, assim como o foi o fortalecimento dos programas sociais e as políticas sociais redistributivas. Também estiveram presentes privatizações, retirada do direito da Petrobras de ser operadora única do pré-sal, retrocesso nas políticas habitacionais e a reforma trabalhista, significando a fragilização nas relações trabalhistas e retrocesso nos direitos conquistados historicamente (SOUZA; HOFF, 2019).

## **6 RADICALIZAÇÃO NEOLIBERAL COM BOLSONARO**

A partir do ano de 2018, no governo Bolsonaro, junto com o Ministro da Economia Paulo Guedes, considerado exageradamente ortodoxo pelos economistas liberais<sup>6</sup>, sofremos uma radicalização das políticas econômicas neoliberais no Brasil, caracterizando este governo como ultraliberal e necroliberal. O termo ultraliberalismo significa “simultaneamente, uma intervenção estatal às avessas, com a finalidade de enxugar o próprio Estado, de reduzi-lo o máximo possível em direitos sociais e de fortalecê-lo em termos de controle, arbitrariedade e repressão” (ORSO, 2021, p. 24-25). Já o necroliberalismo é um neologismo que remete a outro, isto é, a Necro Política de Achilli Mbembe. É, em resumo, a política da morte. Bolsonaro, por diversas vezes, defendeu abertamente a política de extermínio, por entender que o problema reside no número de pessoas. “Não tem mais lugar para se deitar na praia. É gente demais! Temos que colocar um ponto final nisso se quisermos produzir felicidade em nosso país” (SEAAC, 2021). Um estudo sistemático de pesquisadores da Universidade de São Paulo acerca dos discursos e ações do governo Bolsonaro, durante a pandemia de COVID-19, demonstra “a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo governo federal sob a liderança do Presidente da República” (GALVANI, 2021).

Nos marcos ultraliberais do governo Bolsonaro, aprofundaram-se as políticas de desmonte nos setores sociais e avançaram as privatizações de empresas estatais e a retirada de direitos dos trabalhadores, com a “Medida Provisória da Liberdade Econômica”, sancionada em 20 de setembro de 2019. Deste modo o neoliberalismo, em sua face mais radical, toma poder no Brasil. O secretário especial de Desestatização e Privatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, evidencia que: “Talvez esse governo tenha discurso mais liberal do que está praticando, mas nunca nenhum governo teve prática mais liberal do que este”, assegura Mattar (BRANCO, 2020).

O governo também vem solapando o poder de compra da classe trabalhadora, através de sua política de impossibilitar o aumento real do salário-mínimo, afetando diretamente a parcela mais pobre da população. Sua atuação em corrigir seu valor abaixo da inflação, “o governo Bolsonaro acabou com o ganho real sucessivo ocorrido anualmente desde o início do governo Lula, passando pelo governo Rousseff” (SILVA; RODRIGUES, 2021, p. 101). Sua política de deixar morrer a população mais pobre, emagrecendo o exército industrial de reserva, é demonstrada pela exclusão, em 2019, de aproximadamente um milhão de famílias beneficiadas pelo programa de transferência de renda Bolsa Família (OLIVEIRA, 2020).

A gestão econômica do governo de Jair Bolsonaro, acompanhado pelo Ministro Paulo Guedes, é marcada por vários dados macroeconômicos que apresentam significativa deterioração econômica. A população brasileira vem sofrendo forte carestia pelo aumento desenfreado da inflação, conforme

---

<sup>6</sup> Argumenta economista liberal Monica de Bolle: “s. O mercado não resolve sozinho, como já foi mostrado de todo jeito. O Paulo Guedes está preso nos anos 70 do Chile e dos ‘Chicago boys’” (AMORIM, 2019).

demonstra o gigantesco aumento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice oficial da inflação no Brasil. O acumulado de 12 meses em março de 2022 foi de 11,73% (IBGE, 2022). Em 2021 a inflação foi encerrada em 10,6%, maior alta em seis anos (VASCONCELOS, 2022). Por outro lado, o Produto Interno Bruto (PIB) vem decrescendo, com retração de 0,1% no segundo trimestre de 2021 em comparação com o trimestre imediatamente anterior (IBGE, 2021). A taxa de desemprego no Brasil está desde o quarto semestre de 2021 em 11,1% (BRASIL, 2022) e, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil poderá encerrar o ano de 2022 com 14 milhões de desempregados (MOREIRA, 2022). Conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), feita pela Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em agosto de 2021 o Brasil chegou a ter um total de 72,9% de famílias endividadadas, maior patamar desde janeiro de 2010. Destas famílias, 10,7% não têm condições de pagar suas dívidas, provocando crescimento expressivo na inadimplência (CNC, 2021). O presidente Jair Bolsonaro, neste cenário, edita projeto de lei (PL 4188/2021) que possibilita os bancos e instituições financeiras penhorar o único imóvel familiar a fim de quitar suas dívidas, até agora protegida pela legislação brasileira.

Diante disto, as políticas de austeridade do governo de Jair Messias Bolsonaro significam, no mínimo, um projeto de demolição da promessa de bem-estar social estabelecida na Constituição Federal do Brasil de 2022. De fato, são políticas de que visam colocar à margem de qualquer direito toda a classe trabalhadora e deixar à morte a população pobre.

## 7 CRISE SOCIAL E CRISE DEMOCRÁTICA

Conceituando a democracia por meio das palavras do constitucionalista Paulo Bonavides (2004, p. 17): “A democracia é aquela forma de exercício da função governativa em que a vontade soberana do povo decide, direta ou indiretamente, todas as questões de governo, de tal sorte que o povo seja sempre o titular e o objeto – a saber, o sujeito ativo e o sujeito passivo de todo o poder.”

No contexto da acumulação capitalista neoliberal é perceptível que a vontade da maioria da população brasileira, composta pelas camadas populares e classe trabalhadora, não é soberana. Diante da diminuição da taxa de lucratividade, bem como no contexto de crise de sobreacumulação de capital e de subconsumo, os governos vêm adotando políticas que não favorecem a maioria da população. Exemplificativamente, conforme esboçado, enquanto liberam os recursos públicos para a acumulação do capital financeiro, através dos mecanismos da dívida pública, para a população são retirados direitos e adotadas políticas de austeridade, com cortes nos investimentos em serviços essenciais para a população, tais como moradia, saúde, educação e transporte públicos. Na medida em que o Estado não atende aos

anseios sociais por melhor qualidade de vida, produção de igualdade social, empregabilidade e serviços públicos, a identidade entre eleito e eleitor é minada. Deste modo:

Observa-se uma ruptura entre o Estado e a Sociedade, entre governantes e governados, entre o representante e o cidadão, tudo em proporções nunca vistas, acentuadas, ao mesmo passo, por um estado geral de desconfiança e descrença e até mesmo menosprezo da cidadania em relação aos titulares do poder. De último, tem-se averiguado que a legalidade está no poder, enquanto a legitimidade permanece fora. E como os dois princípios não coincidem, mas primeiro se hostilizam, rompem-se o equilíbrio e a harmonia do sistema constitucional e a Sociedade fica a um passo do abismo. E toda a ordem representativa cai também debaixo de suspeição tocante à sua natureza democrática, cada vez mais rarefeita em virtude da distância que vai da vontade popular à vontade representativa, cabendo a esta e não àquela governar efetivamente (BONAVIDES, 2004, p. 29).

As extremas desigualdades sociais são um dos fatores que impedem a consolidação da democracia, sobretudo no tocante à efetiva participação política dos cidadãos. A grande pobreza, a marginalização e a elevada concentração de renda são mazelas ainda não superadas. Dados sobre desemprego e fome no Brasil atual. Citando Bonavides (2004, p. 22):

Uma sociedade desigual será invariavelmente uma Sociedade injusta, e não há justiça onde os homens padecem na ordem econômica os mais iníquos desníveis de renda; onde a classe média destroçada cede lugar a uma falsa democracia formal; onde a pobreza dos desgraçados sela a união frouxa, coercitiva e instável da camarilha de opressores com a multidão de oprimidos. É a brutalidade desse quadro real que faz o princípio democrático aparecer manipulado por elites privilegiadas e perpetuadoras das desigualdades sociais.

Bonavides, criticando a democracia moderna, ao tempo que professa a democracia direta, percebe que a hodierna democracia é útil para uma sociedade que se ergue sobre extremas contradições e injustiças sociais. A soberania popular estabelecida na Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) é utilizada para legitimar, tanto pela via parlamentar quanto pela presidencial, interesses de grupos particulares. Noutras palavras, as ideias acerca da soberania popular “encobrem a desigualdade e a divisão nos corpos sociais, imediatamente sujeitos à hegemonia e à ditadura dos grupos mais poderosos” (BONAVIDES, 2004, p. 29).

O poder constituinte no Brasil é impossibilitado de manifestar-se plenamente como formação da vontade soberana do povo em decorrência dos limites históricos e estruturais. Estes limites para a soberania brasileira, uma soberania de um Estado periférico, é uma soberania bloqueada por restrições externas e internas que a impedem de se manifestar plenamente. Neste sentido, Paulo Bonavides reconhece que a crise constituinte costuma atingir os países subdesenvolvidos:

Ela [a crise constituinte] é indicativa da inferioridade ou da insuficiência de soberania das diversas Constituintes, cujas limitações tácitas ou expressas nos conduzem inarredavelmente a irretorquível conclusão de que, em verdade, jamais tivemos uma Assembleia Nacional Constituinte, dotada de liberdade, exclusividade e plenitude de poderes, pelo menos daqueles com que a teoria revolucionária do século XVIII sempre armara esses parlamentos, a fim de que,

providos da suprema vontade da Nação, pudessem refazer as instituições desde os seus fundamentos (BONAVIDES, 2001, p. 352).

A democracia representativa é a democracia da contemporaneidade. Assim, a participação do povo no poder é disciplinada por meio de leis e instituições, em um exercício formal praticado com periodicidade. É uma técnica de escolha periódica de representantes, para que este tenha legitimidade para desempenhar função político-governamental. José Afonso da Silva (2002, p. 48) recorda a distinção do mandato representativo com o mandato imperativo:

O mandato é denominado *representativo* para distinguir-se do mandato imperativo que vigorou antes da Revolução Francesa, de acordo com o qual o *sen titular* ficava vinculado a seus eleitores, cujas instruções teria que seguir nas assembleias parlamentares; se aí surgisse fato novo, para o qual o representante não dispusesse de instrução, teria que obtê-la dos eleitores, antes de agir; os eleitores, por sua vez, poderiam *revogar* o mandato do representante.

Continua explanando que o mandato representativo foi criado pelo Estado Liberal burguês para manter distintos Estado e sociedade “como mais uma forma de tornar abstrata a relação governo/povo” (SILVA, 2002, p. 48). Conforme esta teoria, largamente adotada nos Estados democráticos modernos, o titular do mandato representativo “não fica vinculado aos representados” (SILVA, 2002, p. 48). A teoria do mandato representativa tem como princípios a generalidade, pois a representação é de toda a nação; a liberdade, já que não está vinculado aos eleitores e exprime a sua própria vontade nos seus atos políticos; e a irrevogabilidade, mantendo o mandato durante o tempo previsto na Constituição. Desta forma, usando novamente as palavras de José Afonso da Silva (2002, p. 48), “a *democracia representativa* acaba fundando-se numa ideia de igualdade abstrata perante a lei, numa consideração de homogeneidade, e assenta-se no princípio individualista que considera a participação no processo do poder do *eleitor* individual no momento da votação.” A atuação política do povo resume-se ao momento do dia da eleição. Depois deste momento, os eleitos desligam-se de seus eleitores, restando montado o teatro eleitoral.

Ademais, as decisões fundamentais que reproduzem a lógica capitalista não são decididas pelo parlamento, mas em outra esfera. A capacidade de exploração do capital, mesmo necessitando do apoio do Estado – especialmente na repressão da revolta popular e manutenção do *status quo*, não depende diretamente do poder político. Por meio do voto nos é concedido a possibilidade de escolher um governo e suportá-lo por um determinado tempo, para depois escolher continuar sob o julgo dele mesmo ou de outro. Entretanto, o voto não nos dá o poder de escolher o que realmente determina a vida das pessoas. Este poder está nas mãos dos bancos e empresas internacionais, do grande capital que se acumula cada vez mais.

As forças de mercado, agora especialmente do mercado financeiro, além da força do capital produtivo, têm sua própria forma de dominação. Os governos eleitos por nós não são, senão, meros “comissários políticos” do poder econômico, como bem disse José Saramago no II Fórum Social

Mundial. O sistema monetário é hoje o que demonstra mais poder sobre as nações. Ele não só foge do controle do poder popular, como também é desconhecido pelo povo a maneira como ele funciona e nos domina.

É claro que não existe democracia, inclusive nos termos em que é defendido hodiernamente, nesta sociedade onde cerca de 30 mil crianças morrem diariamente de pobreza e doenças possíveis de evitar, onde a falta de comida afeta 95 mil crianças diariamente, onde 50% da população vive com menos de dois dólares por dia e onde 1% da população global detém mesma riqueza dos 99% restantes. Nenhum destes fatores, assim como a alta dos preços dos alimentos e o desemprego, estão sujeitos ao controle democrático ou rendição de contas. A esfera política, onde é concebido aos cidadãos votarem periodicamente nas figuras que as representarão, cada um individualmente enquanto cidadão e não enquanto classe, não afeta o poder do capital no âmbito econômico e político.

O Estado Brasileiro, conforme vários constitucionalistas pátrios, está sob a égide de uma Constituição Cidadã, que prevê em suas normas vários direitos sociais e inclusive instrumentos de participação política “direta”, tidas como uma preparação do povo para a democracia. Nossa Carta Magna é rica em promessas sociais, nomeadas pela vasta doutrina e jurisprudência por normas programáticas, mas que, ao revés, “formam em seu conjunto todas as procrastinações e todos os ludíbrios da malícia constitucional em matéria de direitos e liberdades do homem.” Assim, os direitos e liberdades democráticos são transferidos “para um futuro indefinido e incerto, visto que de indefinições e incertezas se entretence o *status quo* da sociedade contemporânea em nosso País” (BONAVIDES, 2004, p. 21).

Não se pode negar que os impactos sociais do poder do capital influenciam fundamentalmente a situação política da nação. É notória inclusive a força do capital financeiro nas decisões políticas dos governantes, no tocante aos investimentos do dinheiro público por meio dos receituários econômicos impostos pelos bancos mundiais. Nota-se a vinculação entre desenvolvimento e democracia abordados nas análises referidas às políticas do Banco Mundial e a aplicação dos Programas de Ajustes Estruturais (PAE) para os países em desenvolvimento. O Banco Mundial e outros organismos internacionais formulam os modelos de governabilidade como requisito indispensável capaz de alcançar o desenvolvimento econômico. Esta governabilidade defendida por estas agências internacionais, incluindo também o Fundo Monetário Internacional (FMI), se baseia fundamentalmente num governo que diminua a máquina administrativa por meio do processo de privatização, defendendo a necessidade dos governos limitarem a extensão de suas ações.

O poder do capital incide diretamente sobre a produção mundial, a distribuição do trabalho, os recursos, os ditames do mercado e quanto cada nação destinará em serviços sociais. Só por estes fatores a maior parte das atividades da vida humana fica fora da esfera do poder democrático. Desta forma, o capital cada vez mais influencia diretamente na política, não só por meio do financiamento das campanhas eleitorais. A atual democracia, então, está confinada ao puro formalismo, à letra constitucional.

Não se pode negar os avanços conquistados durante as experiências de luta. Porém, a democracia limitada que experimentamos é o máximo possível sob o capitalismo, pois este só se sustentará enquanto o poder do povo for meramente formal. Isto é assim pelo fato de que o sistema econômico e social atual forjou uma relação inovadora entre poder político e econômico. O capitalismo não pode tolerar uma democracia substantiva, que não se conforma com favelas, salários miseráveis, desemprego e fome. Mas, usando mais uma vez as palavras de José Afonso da Silva (2002, p. 45):

A democracia é processo de luta, de conquistas. Pressupõe luta incessante pela justiça social. Não pressupõe que todos sejam instruídos, cultos, educados, perfeitos, mas há de ser um processo que busque distribuir a todos instrução, cultura, educação, aperfeiçoamento, vida digna.

Segundo este constitucionalista pátrio, enquanto estivermos sob o julgo de “um sistema sócio-econômico injusto, vamos ter problemas de desequilíbrio social, que vão gerar desequilíbrio de poder” (2002, p. 54). Cabe-nos, então, continuar neste processo de luta pela democracia substancial, convertendo numa realidade de poder soberano a vontade popular.

De tal sorte que a democracia neste país deixe de ser o que tem sido até agora em todos os tempos – a utopia do idealismo constitucional – e passe da esfera da crença e das formas fictícias para a esfera do concreto, do real, do fático, com o povo absolutamente senhor do seu destino e de suas faculdades decisórias (BONAVIDES, 2004, p. 31).

Neste sentido, é necessário superar as formas ilusórias de democracia, baseada exclusivamente no voto individual e apartada da realidade concreta. É preciso conferir democracia substancial, real, que envolve as condições reais de todas as pessoas terem as mesmas dignas condições de vida, a superação da forma social de exploração e a superação da dominação em geral. Nas condições de socialização dos meios de produção e do trabalho coletivo, organizado coletivamente e livre de exploração, estarão dadas as condições para o exercício da efetiva democracia, pois as riquezas de suas relações reais condicionam a efetiva riqueza espiritual individual.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, descrevemos o quanto as transformações econômicas não ocorrem isoladamente, como se economia e política fossem esferas sem qualquer relação, hipostasiadas nelas mesmas. Pelo contrário, elas são imbricadas. Por exemplo, à organização do modo de produção feudal correspondia à forma feudal de organização política da sociedade. Ao modo de produção capitalista corresponde uma forma distinta de organização política. Dentro do próprio capitalismo é possível perceber mudanças nos regimes de acumulação, tais como o padrão de acumulação fordista keynesiano e o padrão de acumulação

neoliberal. A cada qual corresponde um próprio modo de regulamentação político, social e até mesmo cultural e estético (HARVEY, 1992).

Deste modo, as mudanças neoliberais no padrão de acumulação capitalista provocaram marcas na democracia brasileira, restringindo-a aos interesses de acumulação do capital. Segue a tendência global das políticas de austeridade e cortes nas políticas de bem-estar social. Porém, ao contrário dos países de capitalismo avançado, onde os direitos sociais, políticos e civis foram massificados no período do regime de acumulação capitalista fordista-keynesiano, o povo brasileiro nem sequer experimentou o sonho do *welfare state*. Isto significa a piora de uma situação que já não estava boa. O capitalismo no Brasil realiza suas funções econômicas sem realizar as funções democráticas para a maioria da população.

Como visto, em virtude das conjunturas políticas e econômicas, notadamente o ascenso de revoltas e descontentamento populares às políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil passou a ser governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016). Somada a esta conjuntura de ascenso das lutas populares e da classe trabalhadora, no início do governo do PT o contexto econômico estava favorável diante do aumento das exportações e elevação do preço das commodities no mercado internacional. Estes dois fatores possibilitaram o PT frear o avanço neoliberal através da ampliação de investimentos, especialmente em infraestrutura, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), bem como a expansão de crédito e aumento real do salário-mínimo, levando ao aumento do poder de compra e consumo das classes trabalhadoras, da transferência de renda e conseqüente redução do quadro de extrema pobreza. Práticas que passaram a ser substantivadas pela literatura especializada de neodesenvolvimentistas. Isto demonstra que a economia política, ao passo que impacta a sociedade e sua organização e composição, também é impactada por esta, isto é, a sociedade civil organizada é capaz de tensionar alterações econômicas e políticas, provocar instabilidade no poder hegemônico ou até mesmo superá-lo.

Porém, este ferio quebra a partir da entrada do governo de Michel Temer, exacerbando as políticas neoliberais. Seu governo marca o retorno ao neoliberalismo adotado nos anos 1990 por Fernando Henrique Cardoso, impactando as políticas sociais e o desenvolvimento brasileiro, conduzindo-o à estagnação econômica aos moldes dos anos 1990. Como nada pode estar tão ruim a ponto de não poder ficar pior, veio o governo Bolsonaro e as políticas econômicas orientadas pelo ultraliberal Paulo Guedes. A classe trabalhadora e população pobre brasileira sofre com radicalização das políticas econômicas neoliberais deste governo, caracterizado como ultraliberal e necroliberal, conforme exposto. Ao lado do saque dos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, o governo Bolsonaro também afronta a frágil democracia brasileira, em seus ataques à imprensa, perseguição aos intelectuais, bem como pela exaltação da ditadura militar. Na perspectiva das camadas subalternas, este governo significa uma derrota social, política e econômica.

Ao final deste trabalho, destacamos o alerta de Bonavides (2004, p. 22) de que a injustiça social, a desigualdade e pobreza são quadros que manipulam o princípio democrático por elites privilegiadas e perpetuadoras das desigualdades sociais. José Afonso da Silva (2002, p. 48) critica a democracia representativa por ela fundar-se na abstrata aparência de igualdade perante a lei, numa concepção de homogeneidade, mas que tem como essência o princípio individualista que reduz a participação democrática ao processo do poder do eleitor individual no momento da votação. Porém, a atuação política do povo não deve se resumir ao momento do dia da eleição. A história demonstra que as conquistas e avanços políticos e econômicos, na perspectiva popular e da classe trabalhadora, foram tomadas através da participação direta destas camadas sociais organizadas, em suas lutas reivindicatórias. Apenas assim, a nosso ver, será possível breçar o neoliberalismo.

## 9 REFERÊNCIAS

AMORIM, Lucas. Monica de Bolle: Paulo Guedes está preso nos anos 70. **Exame**, São Paulo, 5 nov. 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/monica-de-bolle-paulo-guedes-estapreso-nos-anos-70/>. Acesso em: 9 dez. 2020.

AGLIETTA, Michel. **A theory of capitalist regulation**. New Left Books, London, 1979.

BONAVIDES, Paulo. **A Constituição aberta**. 3º Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 11 Ed. São Paulo, Malheiros, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União. 1988.

BRASIL, Cristina Índio. Taxa de desemprego fica estável no primeiro trimestre, aponta IBGE. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-05/taxa-de-desemprego-fica-estavel-no-primeiro-trimestre-aponta-ibge>. Acesso em: 09 de junho de 2022.

BOITO JÚNIOR, Armando. O conflito de classe por trás da crise institucional. **Brasil de Fato**, 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/07/o-conflito-de-classe-por-tras-da-crise-institucional>. Acesso em: 09 de maio de 2022.

BOYER, R. **La théorie de la régulation: Une analyse critique**. La Découverte, Paris, 1986.

BRANCO, Leo. Nenhum governo teve prática mais liberal que administração Bolsonaro, defende Salim Mattar. **O Globo**, São Paulo, 29 jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/nenhum-governo-teve-pratica-mais-liberal-queadministracao-bolsonaro-defende-salim-mattar-1-24217764>. Acesso em: 9 jan. 2021.

CARINHATO, P. H. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora**, 2008.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova Direita**: aparelhos de ação política e ideológica no

Brasil contemporâneo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2018.

CNC. **Um retrato recente do endividamento dos consumidores: o que ele expõe?** 2021.

Disponível em: [https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/08/Analise-Peic-Agosto-de-2021\\_especial.pdf](https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2021/08/Analise-Peic-Agosto-de-2021_especial.pdf). Acesso em 02 de agosto de 2021.

COSTA, Carlos Augusto Lira Vaz da. **A distribuição de renda no Brasil entre 2001 e 2015**. 2020. 97 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2020.

GALVANI, Giovanna. **Governo Bolsonaro atuou para disseminar o coronavírus, diz estudo**.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-bolsonaro-atuou-para-disseminar-o-coronavirus-diz-estudo/>. Com acesso em: 06.05.21. 2021.

GONÇALVES, G L. Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 1028-1082, jun. 2017. ISSN 2179-8966. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/28770>. Acesso em: 19 ago. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/dep.2017.28770>.

HARVEY, David. **The new Imperialism**. Oxford University Press, USA, 2005.

HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change**. Oxford: Blackwell, 1992.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inflação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>. Acesso em: 09 de junho de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB fica em -0,1% no 2º trimestre de 2021**, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31494-pib-fica-em-0-1-no-2-trimestre-de-2021>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

LIPIETZ, A. New tendencies in the international division of labour: regimes of accumulation and modes of regulation. In A. Scott and M. Storper (eds). **Production, work, territory; the geographical anatomy of industrial capitalism**. London. 1986.

LUXEMBURG, Rosa. **Acumulação do capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo**. Zahar Editores: Rio de Janeiro. 1970.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro III, vol. IV, 26ª ed**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOREIRA, Assis. OIT prevê 14 milhões de desempregados no Brasil em 2022. **Valor Investe**, 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/01/17/oit-prev-14-milhes-de-desempregados-no-brasil-em-2022.ghtml>. Acesso em: 09 de junho de 2022.

PEREIRA, J. M. D. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil**. Cadernos do Desenvolvimento, 6(9), 2011.

SEAAC. **Política de morte adotada na pandemia dialoga com velhas propostas de Jair Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.seaacampinas.org.br/politica-de-morte-adotada-na-pandemia-dialoga-com-velhas-propostas-de-jair-bolsonaro/>. Com acesso em: 20 de março de 2021

SEKI, T. C. M. **As disputas em torno do orçamento público federal: capital financeiro, dívida pública e o novo regime fiscal**. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Socioeconômico. Serviço Social. 2018.

SILVA, José Afonso. **Poder Constituinte e Poder Popular – estudos sobre a Constituição**. 1 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

SOUZA, Mariana Barbosa de; HOFF, Tuize Silva Rovere. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** [online]. 2019, v. 11 [Acessado 16 Outubro 2021], e20180023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>. Epub 23 Set 2019. ISSN 2175-3369. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180023>.

OLIVEIRA, Cida. Em um ano, governo Bolsonaro exclui 1 milhão de famílias do Bolsa Família. **Sul 21**, [s. l.], 10 jan. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimasnoticias/politica/2020/01/em-um-ano-governo-bolsonaro-exclui-1-milhao-de-familias-dobolsa-familia/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

ORSO, Paulino José. O liberalismo em perspectiva histórica: da ideia de liberdade à devastação ultraliberal. **Revista Desenvolvimento & Civilização** [online]. 2021, v.2, n. 1 [Acessado em 15 de outubro de 2021]. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/59817> DOI: <https://doi.org/10.12957/rdciv.2021.59817>.

VASCONCELOS, Gabriel. Inflação encerra 2021 em 10,06%, maior alta em seis anos. **Valor Investe**, 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/01/11/inflacao-encerra-2021-em-1006percent-maior-alta-em-seis-anos.ghtml> Acesso em: 09 de junho de 2022.